



A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do *Jornal da Victória* (1864-1869)

Kamyla Nunes de Deus Oliveira, IFSP, Brasil¹

RESUMO

O presente artigo analisa como a Guarda Nacional do Espírito Santo foi retratada pelo *Jornal da Victória* entre os anos de 1864 a 1869, considerando a importância que a imprensa assumiu no Brasil ao longo do século XIX como espaço de publicização da opinião pública. A Guarda Nacional foi uma milícia criada em 1831 com o objetivo inicial de promover o que se entendia como ordem no país. Dela faziam parte civis, mas sobretudo as elites locais que ao comporem os quadros da milícia, ocupavam mais um espaço de poder. O caráter político da instituição, desta forma, destacou-se durante sua existência. A escolha do periódico *Jornal da Victória* foi motivada pelo fato de a divisão partidária no Espírito Santo ter ocorrido apenas a partir de 1861, antes disso havia na província uma elite política coesa e homogênea. Dessa forma, nos foi possível observar se a Guarda Nacional estava inserida no debate político partidário feito pelo jornal. Devemos destacar que o periódico defendia a política liberal e publicava os atos oficiais do governo, além das cartas dos leitores que recebia.

Palavras-chave: Guarda Nacional; Espírito Santo; Opinião pública.

1.INTRODUÇÃO

Há um amplo debate concernente à opinião pública, tendo grande destaque nesta discussão o conceito de espaço público liberal de Habermas. Segundo este autor, o surgimento da sociedade burguesa permitiu a construção de um ambiente propício para a crítica política, diferente do espaço da Corte que não admitia contestação.

Por isso, dentro do setor restrito às pessoas privadas, distinguimos entre esfera privada e esfera pública. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, está aí inserida. A esfera pública provém da literária; ela intermedeia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade. (HABERMAS, 2003, p. 46)

¹ kamylnunes@gmail.com

Oliveira, K.N.D.; A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do *Jornal da Victória* (1864-1869). *Revista Portuguesa Interdisciplinar* V.5, Nº1, p.51-61, jan/jun. 2024. Artigo recebido em 01/06/2024. Última versão recebida em 18/06/2024. Aprovado em 10/07/2024.

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

Neste processo, a imprensa possui um papel preponderante, por ser um espaço de discussão separado do Estado que permite a publicidade da opinião pública. Segundo Morel (2003), o momento crucial da emergência da opinião pública no Brasil começou nos anos 1820-1821, momento no qual Portugal passava por transformações importantes, a chamada Revolução Liberal do Porto. A Junta de Governo da Revolução Constitucional Portuguesa, por meio de um decreto, estabeleceu a liberdade de imprensa, em 21 de setembro de 1820. (MOREL, 2003, p.23) A partir de então, observou-se transformações no espaço público à medida que este passou a ser um lugar de debates por meio da imprensa, espaço de contestação do poder da Metrópole. A imprensa teve, portanto, papel relevante na construção da Independência. A abdicação de D. Pedro I e a subsequente Regência provisória enfraqueceram o poder monárquico e propiciaram a manifestação mais intensa da palavra pública. (MOREL, 2003, p. 30) O debate político “acalorado” deste período inicial da imprensa no Brasil foi sucedido de uma tranquilidade, refletindo a ordem instalada com o Segundo Reinado.

Desde os momentos iniciais da imprensa brasileira, surgiram diferentes concepções do que seria a opinião pública. Nos jornais do Rio de Janeiro tinha-se a ideia de que a opinião pública era “soberana no reino da razão” e que, neste sentido, o papel da imprensa seria esclarecer o povo propagando as Luzes do progresso e da civilização, ao mesmo tempo em que defendia a ordem e a moderação. Outros jornais entendiam a opinião pública como sendo a opinião espontânea dos indivíduos, ou como vontade da maioria. As concepções variavam de acordo com o local e com o período. (MOREL, 2003, p. 33)

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Entendendo como Habermas a esfera pública como local propício para o debate e crítica política, neste artigo nos interessa examinar qual o parecer da opinião pública do Espírito Santo a respeito da Guarda Nacional desta província. Para tanto, analisaremos o periódico Jornal da Victória de 1864 a 1869, sendo este o mesmo período em que foi criado e em que suas publicações tiveram fim. Na província do Espírito Santo não nos foi possível analisar nos jornais a recepção da milícia no momento exato de sua criação, afinal o surgimento da imprensa aqui data apenas de 1840 devido a questões políticas. (SIQUEIRA, 2011, p. 55). Em decorrência desta limitação, nos propusemos a analisar o

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

posicionamento da opinião pública em relação à milícia na chamada segunda fase da Guarda Nacional, na qual seu papel como instrumento político foi preponderante.

A escolha do periódico Jornal da Victória foi motivada pelo fato de a divisão partidária no Espírito Santo ter ocorrido apenas a partir de 1861, antes disso havia na província uma elite política coesa e homogênea. (SIQUEIRA, 2011, p. 51) Dessa forma, nos foi possível observar se a Guarda Nacional estava inserida no debate político partidário feito pelo jornal. Devemos destacar que o Jornal da Victória defendia a política liberal e publicava os atos oficiais do governo, além das cartas dos leitores que recebia. Seu surgimento, ao que tudo indica, teve como motivação fazer um contraponto ao periódico Correio da Victória. (SIQUEIRA, 2011, p. 138)

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cabe neste momento elucidar, brevemente, alguns aspectos sobre o surgimento da milícia cidadã. A criação da Guarda Nacional no Brasil, em 1831, recebeu desde o início as mais variadas críticas. Como bem relata Jeanne Berrance Castro, a apresentação do projeto de lei que criou a instituição logo foi criticada pelos jornais oposicionistas, embora, de modo geral, ela tenha sido vista positivamente pela opinião pública. (CASTRO, 1977, p. 27) Uma das principais críticas feitas à milícia desde sua criação referia-se à sua origem alienígena, pois a lei que a criou, a Lei Orgânica de 18 de agosto de 1831, estava baseada na lei que reorganizou a Guarda Nacional da França, país com características diferentes das peculiaridades do Brasil Império. Neste sentido, alguns pontos como a forma de recrutamento e a eleição de oficiais eram constantemente julgados de forma negativa até mesmo pelos componentes da Guarda Nacional.

A também denominada milícia cidadã denotava a presença do Estado por toda extensão do Império, uma vez que ela estava presente em todas as províncias brasileiras. Embora os objetivos que nortearam sua criação estivessem relacionados à manutenção da ordem no país, progressivamente a Guarda Nacional se desvirtuou de suas funções iniciais e tornou-se importante instrumento político, sendo muito criticada por isso. Castro (1977) ressalta três fases pelas quais a milícia cidadã passou, alertando que nem sempre a Guarda Nacional teve o aspecto aristocrático e político como o mais preponderante. Na primeira fase, de 1831 até a reforma de 1850, os milicianos

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

desempenharam grande papel na pacificação nacional com destaque para o esforço dos simples trabalhadores que tiveram que superar a falta de recursos e condições adequadas para manter a ordem no país. Foi também nessa fase que o sistema eletivo para o oficialato vigorou, numa breve tentativa de igualitarismo social e racial. Mas tal originalidade logo sofreu críticas e foi modificada nas províncias, afinal ia de encontro com toda estrutura vigente no país. A reorganização da Guarda Nacional por meio da lei de 1850 já não contava com nenhuma instância de procedimento eletivo.

A Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850 marca, segundo Castro (1977), a segunda fase da Guarda Nacional. As modificações das regras de acesso aos postos de liderança foram as mais marcantes no processo de aristocratização dos quadros dirigentes e da transformação da Guarda Nacional em milícia eleiçoeira. As nomeações para o cargo de oficial substituíram as eleições, sendo o posicionamento do guarda nacional fator influente na sua qualificação como oficial. Além disso, estabeleceu-se a vitaliciedade dos postos de oficiais, numa tentativa de coibir os desmandos dos adversários políticos e dar continuidade nos serviços da milícia.

A alteração fundamental do sistema eletivo para a composição do quadro do oficialato da Guarda nacional possibilitou a transformação da milícia cidadã em elemento ativo de ação política provincial. Assim, desde o momento em que a paz interna se foi restabelecendo, os presidentes de província passaram a ampliar o âmbito da ação da Guarda Nacional, transformando os mantenedores da integridade nacional em *mantenedores da política oficial*. O acesso aos postos do oficialato passaram a ser resultado de nomeação provincial. (CASTRO, 1977, p. 217, grifo meu)

Estas medidas que atingiram profundamente a Guarda Nacional fizeram com que a opinião pública se voltasse contra ela. A milícia cidadã que em seu início era tida como defensora do trono de D. Pedro II, tendo inclusive o apoio do jovem Imperador, passou a ser atingida por diversas críticas, até mesmo dos liberais. Os guardas nacionais, que eram vistos como mantenedores da integridade nacional, passaram a ser vistos como mantenedores da política oficial. Em 1873 uma nova lei, a Lei n.º 2395 de 10 de setembro de 1873, restringiu os serviços da Guarda Nacional exclusivamente a casos extraordinários de guerra extrema ou rebelião doméstica. Reduziu também o limite superior de idade dos membros de 60 para 40 anos e suspendeu as distinções honoríficas aos membros da sua oficialidade. Todas as suas funções foram assumidas, então, pelas

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

forças policiais. O Estado já estava, agora, bastante experiente. (URICOECHEA, 1978, p. 178)

No geral, o Jornal da Victoria cita com frequência a Guarda Nacional, pois há na denominada “Parte Oficial” do periódico a Fala dos presidentes de província dando conta, dentre outros assuntos, do estado da milícia. Por meio destas falas constatamos as dificuldades para se organizar a milícia cidadã na província do Espírito Santo. Ao todo foi possível encontrar 538 ocorrências da expressão “guarda nacional” ao longo das edições do periódico, sendo a maior parte delas encontrada justamente na “Parte Oficial”. As outras ocorrências dizem respeito a prisões de guardas nacionais, a comunicados de nomeação de oficiais, a críticas à nomeação de comandantes superiores, à presença da Guarda Nacional na cerimônia do *Te Deum*, à necessidade da Guarda em alguns pontos da província, ao contingente de guardas nacionais do Espírito Santo na Guerra do Paraguai, às brigas partidárias influenciando a nomeação ou demissão de guardas nacionais, dentre outros assuntos. Sobretudo nas edições dos anos de 1868 e 1869 o último ponto elencado, as brigas partidárias e sua influência na milícia, é constantemente abordado no periódico. Devemos, então, salientar que no ano de 1868 os conservadores voltam a ter o domínio do poder, após alguns anos do predomínio dos liberais. E os liberais utilizam de forma mais intensa os periódicos, além de outras instâncias, para tecer críticas aos seus adversários.

As críticas à influência dos conservadores na Guarda Nacional são constantes. Em 1864 o redator apresenta a fala do Dr. Horta de Araujo na câmara dos deputados, na qual destaca tal predominância nacionalmente:

Fez sentir que os postos da G.N. em todo o império estão ocupados pelos conservadores, com pouca exceção, graças ao longo domínio dos nossos adversários, e entretanto o Sr. Ministro da Justiça parece que esse é ali os conservadores para promovê-los! (Jornal da Victória, n.º 34, 03/08/1864)

E prossegue dando conta do estado da milícia em âmbito provincial:

S. Ex. fez sentir que a Guarda Nacional de Itapemirim acha-se entregue não só a conservadores como à uma família, cujo chefe é o comandante superior, que tendo outros cargos públicos ocupados por membros de sua família faz com que até as ordens do governo não sejam ali executadas, em menoscabo da lei e em detrimento da força moral do governo, como está acontecendo com a qualificação, que ainda

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

não teve lugar, apesar das terminantes recomendações da Vice-Presidência. (Jornal da Victória, n.º 34, 03/08/1864)

Neste trecho percebemos várias acusações que não se restringem à Guarda Nacional. O redator critica o nepotismo que segundo ele acometia a localidade de Itapemirim, no sul da província. E este estado das coisas fazia com que as ordens do governo ali não fossem cumpridas, inclusive a ordem de qualificar os oficiais da Guarda Nacional. Embora o periódico Jornal da Victória seja liberal, a apreciação negativa que faz é coerente, sobretudo no que se refere à Guarda Nacional. Pois sabemos que tais mandos e desmandos não constituíam exceção na instituição nas diversas províncias do Império. Observamos também a presença de partidos pessoais no Espírito Santo e a influência dos mesmos na milícia cidadã. Na década de 60, o sul da província estava dividido em, basicamente, dois partidos: os Arraias, chefiados por Joaquim Marcellino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim; e os Macucos, que tinham como líder o coronel João Gomes Nepomuceno Bittencourt.

A partir de 1863 estes grupos passam a denominar-se liberal e conservador, respectivamente. (SIQUEIRA, 2011, p. 114-115) No trecho destacado acima, Horta de Araujo está criticando os conservadores que estavam no poder e também na liderança do Comando Superior do Sul da Guarda Nacional do Espírito Santo. E, especificamente, estava se dirigindo à família Bittencourt “cujo chefe”, o próprio João Gomes Bittencourt, era o comandante superior. Fica claro, portanto, o envolvimento da Guarda Nacional nos conflitos partidários e o seu uso como instrumento político.

Em 1868, os conflitos partidários continuavam a ser apontados como responsáveis por influenciarem decisões no interior da milícia. O redator do jornal, ao comentar a demissão do coronel Monjardim do cargo de comandante superior do Centro, diz que, além de ser ultrajante devido aos tantos serviços que Monjardim prestou à província e ao país, tal acontecimento tinha implicações políticas:

Contando 72 anos de idade, tem 59 de serviços efetivos, durante os quais não sofreu a menor mácula como sabem todos que tem lido a sua fé de ofício. (...) É este o homem, probo, ativo, exemplar, chefe de família, coberto de clãs e de virtudes cívicas, que a fúria dos dominadores não respeitou. (Jornal da Victória, nº 454, p. 2, 14/10/1868)

Sabemos que José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim era membro do Partido Liberal Progressista do Espírito Santo (SIQUEIRA, 2011, p. 146), sendo uma RPI, Portugal-PT, V.5, Nº1, p. 51-61, jan./jun.2024 www.revistas.editoraenterprising.net Página 56

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

figura de destaque na província muito antes da divisão partidária ocorrida em 1861. Ele foi Capitão da Infantaria de Linha, atuou como vogal da Junta do Governo Provisório em 1822, pertenceu ao primeiro quadro de deputados da Assembleia, foi deputado geral na 6ª Legislatura (1845-1847), dentro outras atividades. (BICHARA, 1984, p. 406) Não somente ele, mas toda sua família tinha grande influência, ocupando diversos cargos públicos e estando à frente dos postos de comando da Guarda Nacional. Contudo não se pode afirmar que a degeneração da Guarda Nacional tenha sido obra exclusiva dos conservadores, pois quando os liberais estavam no comando da milícia também a utilizavam como instrumento político. O que podemos afirmar é que a corrupção da milícia sagrou-se em 1850 com a lei n.º 602, que substituiu as eleições para os postos de liderança pelas nomeações.

O coronel Monjardim também é citado em diversas edições que dão destaque à presença da Guarda Nacional do Espírito Santo na Guerra do Paraguai. O fato de a província ter que mandar novos contingentes para a guerra é visto como um serviço penoso, porém há o entendimento de que, sendo para o bem do país, não se poderia recusar. O Espírito Santo deveria enviar mais cem guardas devidamente acompanhados do comandante superior da capital da província, que no ano de 1867 era o coronel Monjardim:

Todos sabem o estado valetudinário deste respeitável espírito-santense, todos sabem como é penoso para ele prestar mais este importante serviço ao seu país; porém mandou o governo que sigam os comandantes superiores, o velho soldado não sabe dizer *não posso*. (...) Ele irá, e quando o velho comandante superior é o primeiro a dizer *estou pronto*, nenhum guarda nacional que for designado, terá o direito de dizer *não posso*. (Jornal da Victória, nº 299, p.2, 06/04/1867).

Neste episódio, cabe ressaltar, os liberais ainda estavam no poder. Posteriormente, quando o coronel Monjardim foi demitido, o redator do jornal também trouxe à memória este fato, ressaltando o quanto o coronel havia contribuído com a província e com o país, fato não considerado pelos “dominadores” (conservadores).

A crítica à milícia cidadã prossegue em diversas edições do periódico, com destaque pras motivações partidárias:

Sabemos que o presidente da província não é o encarregado do detalhe do serviço da guarda nacional, porém se acusamos a administração pública é por ver que o comandante superior do centro, nestes e outros atos que tem praticado, só faz por

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

instigação dos mandões da terra patrocinados pela administração pública. É singular a coincidência de serem avisados para destacar os nossos empregados, inclusive o editor. (Jornal da Victória, nº 514, p.4, 01/05/1869)

No caso ressaltado o redator está se referindo à intimação que o tipógrafo do jornal recebera para o serviço de destacamento, mesmo ele não tendo sido qualificado e sendo que os tipógrafos eram isentos do serviço militar. Tal atitude foi interpretada por eles como uma tentativa dos mandões da terra de “calar a voz” da oposição liberal.

Diante dos desvios e corrupções a solução apresentada pelos liberais é a abolição da Guarda Nacional. Este era, aliás, um dos pontos do programa do Partido Liberal:

Abolição da guarda nacional:

Sendo substituída por uma guarda cívica municipal, qualificada anualmente na paróquia, auxiliando a polícia nos casos urgentes e no caso dos respectivos destacamentos, não tendo organização militar, e com chefes nomeados pela câmara municipal. (Jornal da Victória, nº 521, p. 1, 26/05/1869)

O redator e os liberais imputavam aos conservadores todo o ônus por tal situação e não apenas por ela, mas também por toda degradação que observavam na sociedade:

(...) as reformas destas leis draconianas, que esmagaram os direitos dos cidadãos e sofismam a liberdade, iam desaparecer, e outras q’ garantissem o direito de voto, a amplitude do tribunal do povo, - o jury - e convertesse a guarda nacional, não em um instrumento do governo, e machina de guerra eleitoral e sim na guarda cívica como pensaram e puseram e puseram em prática os apóstolos da revolução francesa, ia tornar-se uma lei; (...) a vontade de Cezar não quis que na única monarchia da América houvessem homens livres, e seguindo o trilho dos reis, mandou que se trucidasse os direitos populares. Raiou o 16 de Julho do anno da graça de 1868! (...) Subiram os conservadores envolvidos com o manto imperial. (Jornal da Victoria, n.º 502, p. 1, 13/03/1869)

Por fim, o Jornal da Victória ressalta que a opinião de que não havia mais condições e razão para a manutenção da Guarda Nacional não era apenas do periódico e do partido Liberal, mas sim de todos (em algumas de suas edições finais, inclusive, dá indícios de que até mesmo os conservadores estavam concordando com eles neste aspecto). “Hoje todos estão de acordo que a instituição Guarda Nacional não é mais tolerável.” (Jornal da Victoria, p. 1, 10/06/1869)

3. CONCLUSÕES

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

A análise do periódico Jornal da Victória nos fez perceber, portanto, os usos que a Guarda Nacional teve no Espírito Santo durante o período de 1864 a 1869, bem como quais eram suas principais dificuldades e quais os debates nos quais estava envolvida. A análise evidenciou, tal como apontaram Castro (1977) e Uricoechea (1978) que ao longo dos anos a Guarda Nacional sofreu grande desgaste, sendo criticada nos momentos finais de sua existência até mesmo por aqueles que propiciaram a sua criação. Também se fez notório o uso político dos periódicos, que criticavam as instituições estabelecidas, no caso apreciado neste artigo, a Guarda Nacional do Espírito Santo. Além de constituírem um espaço de disputa de poder, no qual os liberais e os conservadores debatiam entre si e se auto-afirmavam. Claro está que a milícia cidadã do Espírito Santo, com suas peculiaridades e personagens próprios muito tem a contribuir no estudo da Guarda Nacional, pois observamos no Jornal da Victória a inserção da província nos debates que estavam sendo travados em todo Império. Grandes questões como as reformas na instituição, o partidarismo influenciando decisões no corpo da milícia, dentro outras, eram correntemente levantadas. Neste sentido, fontes como os periódicos mostram-se valiosas na construção destes embates e na elucidação de questões que ainda não foram totalmente abordadas.

REFERÊNCIAS

Fonte primária

Jornal da Victória. 1864-1869. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/jornal-da-victoria/218260>>. Acesso em: 10 de abr. de 2024.

Bibliografia

Bichara, T. T. *História do poder legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1984.

Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Carvalho, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Castro, J. B. de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

Daemon, B. C.. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Goularte, R. S. *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos*. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

Habermas, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

Heinz, F. M. (Org.). *Por outra história das elites*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Holanda, S. B. de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. t. 2, v. 1.

Morel, M. BARROS, M. M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Siqueira, K. S.. *“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”*: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. 2011. 231 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Uricoechea, F. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

The Espírito Santo National Guard from the perspective of the Jornal da Victória (1864-1869)

ABSTRACT

This article analyses how the National Guard of Espírito Santo was portrayed by the Jornal da Victória between 1864 and 1869, considering the importance that the press assumed in Brazil throughout the 19th century as a space for publicizing public opinion. The National Guard was a militia created in 1831 with the initial aim of promoting what was understood to be order in the country. It included civilians, but above all the local elites who, by being part of the militia, occupied yet another area of power. The political nature of the institution thus stood out during its existence. The choice of the Jornal da Victória periodical was motivated by the fact that the party split in Espírito Santo only occurred from 1861 onwards, before which there was a cohesive and homogeneous

A Guarda Nacional do Espírito Santo sob a visão do Jornal da Victória (1864-1869).

political elite in the province. In this way, we were able to see whether the National Guard was included in the newspaper's partisan political debate. It should be noted that the newspaper defended liberal politics and published official government acts, as well as the letters it received from readers.

Keywords: National Guard; Espírito Santo; Public opinion.

La Guardia Nacional de Espírito Santo desde la perspectiva del Jornal da Victória (1864-1869)

RESUMEN

Este artículo analiza cómo la Guardia Nacional de Espírito Santo fue retratada por el Jornal da Victória entre 1864 y 1869, considerando la importancia que la prensa asumió en Brasil a lo largo del siglo XIX como espacio de divulgación de la opinión pública. La Guardia Nacional era una milicia creada en 1831 con el objetivo inicial de promover lo que se entendía por orden en el país. Incluía a civiles, pero sobre todo a las élites locales que, al formar parte de la milicia, ocupaban un espacio más de poder. El carácter político de la institución destacó así durante su existencia. La elección del periódico Jornal da Victória estuvo motivada por el hecho de que la escisión del partido en Espírito Santo sólo se produjo a partir de 1861, antes de lo cual existía una élite política cohesionada y homogénea en la provincia. De esta forma, pudimos comprobar si la Guardia Nacional estaba incluida en el debate político partidario del periódico. Cabe destacar que el periódico defendía la política liberal y publicaba los actos oficiales del gobierno, así como las cartas que recibía de los lectores.

Palabras clave: Guardia Nacional; Espírito Santo; Opinión pública.